



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	A Insolvência Civil no Direito Inglês: um estudo do Insolvency Act 1986 e do Enterprise Act 2002
<b>Autor</b>	FABIANE ANDREA WALLAUER GUERRA
<b>Orientador</b>	GERSON LUIZ CARLOS BRANCO

A pesquisa consiste no exame do tratamento que o Direito tem dado à insolvência civil no Reino Unido. A primeira lei relativa à insolvência no país data de 1542 e hoje os principais procedimentos disponíveis estão previstos no Insolvency Act 1986. Esse ato oferece duas alternativas formais à insolvência de pessoas naturais: Individual Voluntary Arrangement - IVA (IA 1986, Part VIII) e Bankruptcy Order (IA 1986, Part IX). O IVA consiste em um acordo entre devedores e credores, facilitado por um administrador privado, e que vincula todos os credores, quando aprovado por maioria superior a 75% do valor dos créditos, considerados os credores que tenham votado em um ou em outro sentido. Os acordos são flexíveis e o tribunal não tem papel em seu processo de aprovação, exceto para verificar o atendimento de aspectos formais ou eventuais ilicitudes. A proposta apresentada pelo devedor no IVA, e que se submeterá à aprovação dos credores, constitui usualmente uma forma de evitar a insolvência, porém também é possível que um devedor que tenha se tornado insolvente faça uma proposta com o objetivo de reverter uma insolvência compulsória (bankruptcy). Assim, o IVA é essencialmente uma negociação privada entre o devedor e credores, submetida a poucos limites legais acerca do que pode ser acordado, e por meio do qual os devedores podem evitar a maior publicidade e o estigma associado à insolvência. A Bankruptcy Order pode ser iniciada tanto pelo devedor quanto pelos credores, sendo que a grande maioria é iniciada pelo próprio devedor. Com a Bankruptcy Order, todas as execuções individuais contra o credor são suspensas e, no máximo em um ano, o devedor insolvente é totalmente exonerado de suas dívidas. Essa desoneração é uma ideia central da Bankruptcy, no sentido de que deve se proporcionar um recomeço, uma nova oportunidade aos devedores. Parte-se do pressuposto de que o devedor não deve ser reduzido à penúria, nem impedido de ganhar a vida, por isso é necessário que entregue sua propriedade livre (aquela não necessária ao exercício de sua profissão ou relativa às suas necessidades domésticas básicas), sendo que isto formará o acervo patrimonial que será utilizado para realizar o pagamento dos credores. Além disso, os devedores com renda regular devem realizar pagamentos a partir de excedentes. A posição atual é a de que esses pagamentos podem ser exigidos por um máximo de três anos. Ao contrário do que ocorre no IVA, na Bankruptcy Order a atuação estatal tem papel dominante. O Enterprise Act 2002 introduziu reformas estruturais na Bankruptcy, e foi a partir dessas reformas que se tornou possível a desoneração do devedor no prazo de um ano, ou mesmo antes. Foram retiradas muitas das restrições e proibições que a lei impunha ao insolvente, e ainda, passou-se a diferenciar de modo mais efetivo a insolvência culpável da não culpável. Assim, no sentido de penalizar devedores desonestos ou irresponsáveis, são impostas restrições adicionais que, entre outras medidas, impossibilitam a obtenção de crédito ou a atuação como diretor de uma empresa. Essas restrições podem durar por mais de 15 anos. O Enterprise Act 2002, foi concebido no sentido de tornar a insolvência menos estigmatizante e de estimular o empreendedorismo. O método utilizado para a realização da pesquisa é a investigação doutrinária e jurisprudencial do direito inglês, realizada em meio eletrônico. As referências legais são o Insolvency Act 1986, Parts VIII and IX) e o Enterprise Act 2002. As referências teóricas preliminares são: Walters (2009), Sealy and Hooley (2009) e Bishop and Grippaios (2010).